



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: FARO EDITAL Nº 02/2015 – CJCI (DJE Nº 5769/2015, de 03 de julho de 2015) PERÍODO: 03 a 07 de agosto de 2015 Juiz Corregedor: Dr. JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE	
1. INFORMAÇÕES GERAIS	
1.1 UNIDADE JUDICIAL: Vara Única	
1.2 COMPETÊNCIA: Cível, Criminal, Infância e Execuções Penais (Regime Aberto)	
1.3 MAGISTRADO (A): Caio Marco Berardo	
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Respondendo	
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: Desde 28 de maio de 2015	
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
2.1 ENDEREÇO: Rua Dr. Dionísio Bentes, nº 23, Centro, Faro/PA	
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:	
Bom, houve uma manutenção em junho do ano de 2014, todavia o piso não foi trocado por inteiro e os banheiros e a parte hidráulica do prédio, incluída a caixa d'água, precisam ser reformados/trocados completamente.	
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:	
Relacionar e descrever:	
<ul style="list-style-type: none">• 01 sala cedida ao Ministério Público• 01 copa• 02 banheiros para o público, 01 na a secretaria, 01 no ministério público, um no gabinete e 01 no salão do júri.• 01 sala para a secretaria do gabinete• 01 sala de audiência• 01 gabinete• 01 secretaria judicial• 01 arquivo• 01 sala de armas improvisada• 01 salão de júri• 01 cela	
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:	
<input type="checkbox"/> Boas <input checked="" type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins	
Justificar: O prédio é muito antigo e não se tem ideia da qualidade das fundações, embora tenha sido reformado no ano de 2014, sem reestruturação dos banheiros e da cozinha. Não obstante a manutenção tenha sido cumprida, nota-se ao longo do tempo que a qualidade dos materiais empregados não é das melhores, da mesma forma o acabamento começou a apontar de má confecção, sendo que o forro começa a cair e as telhas a quebrar.	
2.5 LIMPEZA E HIGIENE:	
<input checked="" type="checkbox"/> Boas <input type="checkbox"/> Regulares <input type="checkbox"/> Ruins	
Justificar: Apesar de o Fórum dispor de apenas 02 (duas) serventes, cedidas pelo Município de Faro, estas exercem suas atividades com zelo e dedicação, mesmo diante das dificuldades diárias, tais como: sujeira que caem constantemente do teto e a presença de muitos insetos que pela manhã precisam ser juntados. Necessária, assim, uma dedetização completa no imóvel.	
2.6 MOBILIÁRIO:	
<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim	
Justificar: Foram trocados na última reforma.	
2.7 SEGURANÇA:	
<input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim	
Justificar: Não há agente de segurança 24 horas, bem como o sistema de alarme desarma constantemente, devido às quedas constantes de energia elétrica ocorridas na cidade, sendo que não há manutenção periódica do alarme por profissional da empresa contratada, apenas contato	

NO. PROCESSO: 2016.7.003931-8

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 29/11/2016

CLASSE: CORREICAO - ORDINARIA



telefônico.																		
2.8 ACESSIBILIDADE: (X) Boa () Regular () Ruim																		
Justificar: Na última reforma foi construída rampa de acesso, tendo inclusive identificação.																		
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular (X) Ruim																		
Justificar: Foi vistoriada pela engenharia, carecendo de reforma completa. Há apenas a capinação dos arredores.																		
3. MAGISTRADOS																		
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Caio Marco Berardo																		
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: A partir do dia 28 de maio de 2015, o magistrado Caio marco Berardo responde pela Comarca de Faro (Portaria 5748/2015-GP, de 02/06/2015, DJE nº 5748/2015).																		
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias regulares, sendo o último período de 06/04/2015 a 05/05/2015																		
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, titular de Terra Santa																		
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: No ano de 2013 e 2014 participou de mutirões da corregedoria do interior e Justiça em Números.																		
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Adoção da Central de Audiência – Foi designado um analista para cuidar exclusivamente do processo entre a designação de audiência e sua realização, incluindo o cumprimento das determinações proferidas durante a audiência. Ao receber o processo com a designação de audiência, o funcionário cadastra os dados no sistema LIBRA, verificando quem necessita ser intimado expedindo mandado e ofícios necessários, anotando o prazo de cumprimento, monitorando e zelando pela sua devolução. Como cumprimento, coloca o processo no espaço "Aguardando realização de audiência". Método CIG – Cumprimento Imediato em Gabinete. No que consiste às determinações proferidas em audiência, tais como ofício para desconto de alimentos em folhas de pagamento, mandados de averbação em sentenças cujas partes dispensarem o prazo recursal, são expedidos imediatamente após o encerramento da ata fazendo-se uso da peça. Da mesma forma é emitida a certidão de comparecimento para aqueles que necessitam. Tal metodologia desafogou sobremaneira a Secretaria Judicial, sem interferir no andamento das audiências.																		
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:																		
<table border="1"><thead><tr><th>JUIZ</th><th>ENTRADA</th><th>SAÍDA</th></tr></thead><tbody><tr><td>01 Horácio de Miranda Lobato Neto (Titular)</td><td>30/06/2010</td><td>05/12/2012</td></tr><tr><td>02 Alexandre José Chave Trindade (Respondendo)</td><td>02/04/2012</td><td>05/12/2012</td></tr><tr><td>02 Caio Marco Berardo (Titular)</td><td>06/12/2012</td><td>27/05/2015</td></tr><tr><td>03 Clemliton Salomão de Oliveira (Respondendo)</td><td>06/04/2015</td><td>05/05/2015</td></tr><tr><td>04 Caio Marco Berardo (Respondendo)</td><td>28/05/2015</td><td></td></tr></tbody></table>	JUIZ	ENTRADA	SAÍDA	01 Horácio de Miranda Lobato Neto (Titular)	30/06/2010	05/12/2012	02 Alexandre José Chave Trindade (Respondendo)	02/04/2012	05/12/2012	02 Caio Marco Berardo (Titular)	06/12/2012	27/05/2015	03 Clemliton Salomão de Oliveira (Respondendo)	06/04/2015	05/05/2015	04 Caio Marco Berardo (Respondendo)	28/05/2015	
JUIZ	ENTRADA	SAÍDA																
01 Horácio de Miranda Lobato Neto (Titular)	30/06/2010	05/12/2012																
02 Alexandre José Chave Trindade (Respondendo)	02/04/2012	05/12/2012																
02 Caio Marco Berardo (Titular)	06/12/2012	27/05/2015																
03 Clemliton Salomão de Oliveira (Respondendo)	06/04/2015	05/05/2015																
04 Caio Marco Berardo (Respondendo)	28/05/2015																	
4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):																		
4.1 GABINETE: Nome: Tiago Diego de Oliveira Panza Cargo: Analista Judiciário – Mat. 144657 Ato de nomeação: Portaria nº2571/2015 – GP. Ato de lotação: 03 de julho de 2015.																		
4.2 SECRETARIA:																		



04
3

Nome: Bruneu Nascimento reis
Cargo: Analista Judiciário – Mat. 86.207
Função: Diretor de Secretaria
Ato de nomeação no cargo: Portaria 2432/2010 – GP – 14 de outubro de 2010.
Ato de lotação na Função de Diretor: Portaria 012/2011 – GP – 07 de janeiro de 2011.

Nome: Ederson Rocha de Almeida
Cargo: Cedido
Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.
Ato de lotação: Portaria de 03 de julho de 2006.

Nome: Edson de Figueiredo Pinto
Cargo: estagiário

4.3. OUTROS SETORES:

4.3.3 SECRETARIA DO JUÍZO

Nome: Luciana Maria Gonçalves Dantas
Cargo: Secretária do Juiz
Ato da Nomeação: Aprovação em concurso público do Município.
Ato de Lotação: Portaria 014/2009 , de 24 de agosto de 2009

4.3.4. OFICIAL DE JUSTIÇA “AD HOC”

Nome: Jurailson de Azevedo Oliveira
Cargo: Oficial de Justiça Ad hoc
Ato de nomeação: Aprovação em concurso público do Município.
Ato de lotação: Portaria 001/2013 de 21 de março de 2013.

4.3.5. PORTARIA

Nome: José Lúcio Rosa Campos
Cargo: Agente de Segurança
Ato da Nomeação: Aprovação em concurso público do Município.
Ato da Lotação: Portaria de 04 de julho de 2006

4.3.6. COPA

Nome: Marluce dos Santos Azevedo
Cargo: Auxiliar de Serviços
Ato da Nomeação: Aprovação em concurso público do Município.
Ato da Lotação: Portaria

Nome: Maria Trindade Pimentel Farias
Cargo: Auxiliar de Serviços
Ato da Nomeação: Aprovação em concurso público do Município.
Ato da Lotação: Portaria

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Alan Johnnes Lira Feitosa – 29/07/2015

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não informado

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Em 20/01/2012 compareceu a esta Comarca a Defensora Pública TARCIJANY LINHARES AGUIAR, a qual solicitou uma certidão de exercício de cargo, a qual foi concedida pelo Diretor de Secretaria, em exercício. Desde então referida defensora pública nunca mais compareceu a esta Comarca.

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Prejudicado



5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Prejudicado
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS: 03 (três)
6.1.1 FROTA: <ul style="list-style-type: none">• 01 automóvel, modelo VW/GOL MI, Branco, Ano 2005, placa JTP 9424, chassi 9BWZZZ377VP525011, Renavam, 672236311.• 01 motocicleta, modelo HONDA/ NXR 150 BROS ES, ano 2014, Preta, Placa OTQ1885, Chassi 9C2KD0550ER336183, Renavam, 0101184609-5.• 01 automóvel, modelo FORD RANGER XL, data da aquisição 12/12/2013, chassi nº 8AFAR23N1EJ174845, placa OTU – 4011, Renavam Nº 0060706764-0.
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim (x) Não Justificar: Em que pese a existência de 03 veículos, atualmente apenas a motocicleta e ranger estão em condições de uso, sendo a motocicleta é utilizada pelo Oficial de Justiça e a RANGER pelo magistrado, utilizada ainda para cumprir diligências em locais mais distantes. Há de mencionar ainda, que é preciso ir a certas comunidades que só são acessíveis de embarcação tipo lancha, para cumprimento de diligência nas comunidades ribeirinhas.
6.2 INFORMÁTICA:
6.2.1 ACESSO À INTERNET: () Bom (x) Regular () Ruim Justificar: Embora se reconheçam as dificuldades tecnológicas em determinadas regiões, bem como a melhora do sistema nos últimos anos, incluindo a ampliação de pontos, o <i>link</i> apresenta interrupções, embora esporádicas, periódicas e por tempo considerável.
6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 07 pontos de rede, no limite do LIBRA, sendo 01 cedido ao Ministério Público.
6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: LIBRA e planilha própria
6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): <ul style="list-style-type: none">• tjepa84@tjpa.jus.br• 1faro@tjpa.jus.br Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? Com que frequência? Diretor de Secretaria, verifica diariamente.
7. SECRETARIA JUDICIAL
7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS? (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: Diretor zela pela conservação dos processos.
7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO? (x) Sim () Não Justificar: Os processos são acondicionados em prateleiras e caixas identificados pela atual tramitação dos mesmos. Os processos possuem cores diferentes, sendo identificado pela cor azul para processos cíveis, vermelho para criminais, verde para processos que tem como parte a fazenda pública e na cor preta para infância e juventude.
7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO? (X) Sim () Não Justificar: em prateleiras e caixas com o nome da devida tramitação.
7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA



95
 2

INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?
 Sim Não
 Justificar:

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?
 Sim Não
 Justificar: Em especial pelo novo CPC.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?
 Sim Não
 Justificar: A pauta semanal é impressa e afixada no mural de avisos do Fórum para que advogados e demais pessoas tenham acesso à data e hora das audiências. Toma-se o cuidado de abreviar o nome de partes em processos de Segredo de Justiça.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?
 Sim Não
 Justificar: Devido a verificação constante de prazo, inclusive utilizando mecanismo do LIBRA, na aba "Notificações" e a realização periódica de arquivamento, mantém-se essa situação.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?
 Sempre que há decisões/despachos a publicar pela secretaria do juízo

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA
 2013: 195
 2014: 238
 2015: 221

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	05
CÍVEIS – META 4/2015-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	06
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	07
CÍVEIS – META 6/2015 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012)	01
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	00
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	56
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	41
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2015 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011)	08
PENAS – META 4/2015-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012	01
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	03
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	02
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	09
EXECUÇÃO PENAL	11
PENAS (EXCLUÍDOS OS DA META)	29



INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	01
SITUAÇÃO DE RISCO	01
TUTELA	01
GUARDA	00
ADOÇÃO	01
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	02
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CIVEIS	16
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	04
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	00
OUTROS	
SUSPENSÃO DO ARTIGO 366, DO CPP	9
SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO	15
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	227
Feitos com Tramitação Externa	46
Contagem Física + Tramitação externa	275
ACERVO LIBRA	275

9. INDICADORES GERAIS

9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET:

(X) Sim () Não

Justificar: Além do Manual de Rotinas são realizadas reuniões periódicas para melhorar sua aplicação.

9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2015-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS)

ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2013	195	183
2014	238	214
2015	121	163

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(X) Sim () Não

Justificar: Os processos nessa situação são identificados através de marca texto ou anotação na capa dos autos, de modo que ao se manusear um processo nessa situação logo o mesmo é identificado.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(3) INICIAIS;

(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(1) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(2) IDOSO;

(2) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(2) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(1) RÉU PRESO;

(2) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(1) ALVARÁ DE SOLTURA;

(7) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(6) OUTRO

OBSERVAÇÕES: Os pedidos de liminares e de antecipação de tutela sempre precedem os



06
 3

demais independentemente da categoria e de serem iniciais ou não, uma vez que tratam de perecimento de direito. Da mesma forma os processos de réu preso e alvará de soltura. Em seguida, em segundo lugar vem as preferências legais, como infância e juventude, idoso, MS HC, HD e alimentos. Lembrando que caso se trate de réu preso o HC ingressa na primeira categoria. Da mesma forma, se qualquer deles tiver pedido liminar também prefere a ordem. Em terceiro lugar vem as iniciais que não se enquadram na categoria anterior, a fim de que se de impulso oficial ao pedido e se evite o represamento em secretaria. Posteriormente surgem os processos com audiência, que pela mesma razão anterior, são encaminhados para evitar represamento e dar vazão a pauta. Na sequência, aparecem os processos solicitados pelo magistrado uma vez que os enquadrados nas categorias anteriores devem ser remetidos imediatamente e independentemente de pedido. Por fim, os processos de meta, obviamente desde que não tenham se enquadrado em nenhuma das situações precedentes, seguidos do grupo classificado por ordem cronológica dos pedidos e os de anos mais antigos precedendo os mais novos.

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	X	
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	X	
BACENJUD	X	
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	X	
INFOJUD	X	
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES	X	
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	X	
INFOSEG	X	
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	X	
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	X	
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	X	
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	X	
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	

9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE?

() Sim (X) Não

Justificar: Não Existe PADS em sindicância em andamento na Comarca.

10. INDICADORES CÍVEIS

10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011):

Acervo da meta: 83

Alvo: 66

Julgados 2014: 58

Julgados 2015 (até 30/07/2015): 67

Pendentes: 16

Necessidade de julgamento para atingir a meta: -1

Porcentagem de cumprimento: 80,02%

Meta Cumprida

10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Sim. Os despachos são regularmente cumpridos e os autos encaminhados periodicamente as Fazendas Estaduais e Federais. Não há execução fiscal do Município em Tramitação.

10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2012): Atualmente há apenas 01 processo da meta (0000240-47.2012.814.0084)

10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO Apreciação DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Não pendências a apreciar.



11. INDICADORES CRIMINAIS
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2015-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2015, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2011): Acerco da meta: 83 Alvo: 66 Julgados 2014: 58 Julgados 2015 (até 30/07/2015): 67 Pendentes: 16 Necessidade de julgamento para atingir a meta: -1 Porcentagem de cumprimento: 80,02% Meta Cumprida
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: Não há.
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: Não há.
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não Justificar:
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (x) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Atualmente há apenas 01 processo de competência do Tribunal do Júri enquadrado nesta meta: Processo nº 0000174-72.2009.814.0084
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 01 - Processo nº 0000037-56.2010.8.14.0084
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: 00 (zero)
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: 00 (zero)
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: 00 (zero)
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim (x) Não Justificar:
5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: 01 - Processo nº 0001445-95.2014.8.14.0084
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim (X) Não Justificar: Não há agentes especializados.
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Não
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Não



07
5

13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL		
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUIZO SENTENCIANTE? () Sim (X) Não Justificar:		
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim (X) Não Justificar:		
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (X) Não Justificar:		
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? (x) Sim () Não Justificar: Os processos estão em setor e caixa própria e são acompanhados periodicamente.		
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Não		
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado		
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? 01 (uma) vez ao mês na Delegacia de Polícia.		
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Sim, mas não está em funcionamento		
14 PRECATÓRIAS		
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: 14 (quatorze)		
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 03(três)		
14.3 QUANTIDADE DE PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 12 (doze)		
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Os processos com precatórias expedidas são tramitados internamente para aguardando resposta de ofício, sendo reiteradas ocasionalmente pelo Diretor de Secretaria as solicitações de resposta.		
15 INQUÉRITOS POLICIAIS		
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00 (zero)		
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 06 (seis)		
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 00 (zero)		
16 PETIÇÕES:		
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00 (zero)		
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00 (zero)		
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00 (zero)		
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 00 (zero)		
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00 (zero)		
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00 (zero)		
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA		
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00 (zero)		
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 00 (zero)		
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00 (zero)		
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 00 (zero)		
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 00 (zero)		
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:		
NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Jurailson de Azevedo Oliveira	39	28/07/2015
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (x) Sim () Não		



Justificar: Apesar de o Oficial ser cedido do Município, presta o serviço com muito zelo e dedicação, não deixando extrapolar os prazos para cumprimento dos mandados, que não são poucos.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	36	21/03/2014
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	Prejudicado	
17.7.3 ADVOGADO	10	14/12/2011

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

() Sim (X) Não

Justificar: A cobrança dos processos com carga extrapolada para MP e advogado é feita através de contato direto pessoal ou telefônico com os mesmos quando estes se encontram na comarca ou quando há necessidade de prática de atos no processo.

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

() Sim (X) Não

Justificar: Não há cofre e a sala não é totalmente segura.

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Honda/NX 150 Bros Mix ES, cor preta, ano 2010, placa NPB 2219, Renavam 233121676, Chassi 9C2KD0520AR074741	0000189-70.2011	Autor: Ministério Público do Estado do Pará Denunciado: Orlenildo Siqueira Melo
Honda CBX 250 Twister, Placa JWV 8535.	0000181-54.2015	Autor: Ministério Público do Estado do Pará Denunciado: Orlenildo Siqueira Melo
Honda/XR 250 Tornado, cor amarelo, ano 2007/2008, Placa JXR 7924, renavam 94589981-5, chassi 9C2MD34008R007674	0000202-35.2012	Autor: Ministério Público do Estado do Pará Denunciado: Alex Pinto Mergulhão
Honda Biz 125 ES, cor preta, ano 2005, placa JXT 7608, renavam 866014985, chassi 9C2JA04206R803282	0000704-37.2013	Indiciados: Maurício Pinto Feijó e Jocaira Pimentel de Vasconcelos Vítima: R.G.D.S.
Honda NXR 150 BROS, cor vermelha, placa NOJ 3765	000019577.2011	Autor: Ministério Público do Estado do Pará. Réu; Marcos Fernandes Lopes da Silva e Jorge Amaral Farias.
Honda NXR 150 BROS ES, cor preta, ano 2008/2008, placa JXU 3253, Renavam 964506858, chassi 9C2KD03308R047247	0019619-66.2015	Autor: Ministério Público do Estado do Pará. Denunciado: Jocenildo Mendes Pinto
Honda/CG 150 Titan KS, cor vermelha, ano 2005/2005, placa JXA 8336, renavam 856052655,	0021610-77.2015	Autor: Ministério Público do estado do Pará



08
~

chassi 9C2KC08105R862008		Denunciado: Everaldo Raimundo Pinto Vidal
01 telefone celular marca, LG, Preto 01 telefone celular Motorola Branco 01 telefone celular móbile marrom 01 Home System com duas caixas e controle	335-77.2012	Autor: Ministério Público do Estado do Pará Denunciados: Dierlem Guerreiro Cunha, David Guerreiro Cunha, Valter Luiz Lopes Cunha Junior, Ronaldo de Azevedo Furtado e Reinaldo Neto Feijó Pereira
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? () Sim (X) Não Justificar: Recentemente a coleta foi realizada.		
18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)? (X) Sim () Não Justificar: Segundo informações da Comissão de Transporte de armas, o Exército apenas destrói as armas de fogo e munições e não aceita para doação.		
19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS		
19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE? (X) Sim () Não		
19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ? (X) Sim () Não Justificar:		
19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS? () Sim (X) Não Justificar:		
19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL? () Sim (X) Não Está vaga, não existe servidor responsável		
19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO? (X) Sim () Não Justificar:		
19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA? (X) Sim () Não Justificar: Uma vez constatada é realizada a emissão das custas pelo Diretor de Secretaria.		
20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA: Não foram apresentadas		
21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO: Muito embora o acervo pequeno permita um acompanhamento de perto dos processos a situação de cumprimento das decisões pela secretaria ainda carece de aperfeiçoamento, não obstante de forma constate ocorram reuniões com orientações a respeito de como os atos devem ser praticados. Acredita-se que isso se deve ao longo período em que tais atos foram praticados de forma equivocada. De forma geral, dentro das limitações físicas e pessoais, as determinações são cumpridas.		
22 CONSIDERAÇÕES/RECOMENDAÇÕES CORREGEDORIA 1 - O prédio é muito antigo e não se tem ideia da qualidade das fundações, embora tenha sido reformado no ano de 2014, sem reestruturação dos banheiros e da cozinha. Não obstante a manutenção tenha sido cumprida, nota-se ao longo do tempo que a qualidade dos materiais		



empregados não é das melhores, da mesma forma o acabamento começou a apontar a má confecção, sendo que o forro começou a cair e as telhas a quebrar;

Providência: Oficiar ao Setor de Engenharia, para a ciência e adoção das medidas que entender pertinentes para a solução da questão.

2 - Não há agente de segurança 24 horas, bem como o sistema de alarme desarma constantemente, devido às quedas constantes de energia elétrica ocorridas na cidade, sendo que não há manutenção periódica do alarme por profissional da empresa contratada, apenas contato telefônico, o que torna a segurança do prédio vulnerável (item 2.7).

Providência: Oficiar à Presidência, Secretaria de Administração e Setor de Engenharia para que seja verificada a possibilidade de intervir junto à Coordenadoria Militar, com o fito de disponibilizar serviço de segurança no Fórum, ou mesmo que avalie a possibilidade de contratação de serviço de segurança privada;

3 - A residência oficial foi vistoriada pela engenharia, carecendo de reforma completa. Há apenas a capinação dos arredores. (item 2.9)

Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração a fim de que seja avaliada a possibilidade de restauração da residência oficial, para que tenha outra destinação, possivelmente de arquivo geral da Comarca;

4 - Em que pese a existência de 03 veículos, atualmente apenas a motocicleta e ranger estão em condições de uso, sendo a motocicleta é utilizada pelo Oficial de Justiça e a RANGER pelo magistrado, utilizada ainda para cumprir diligências em locais mais distantes. Há de mencionar ainda, a Comarca não dispõe de embarcação para cumprimento de diligências na região ribeirinha (Item 6.1.2).

Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de disponibilizar uma embarcação para a Comarca.

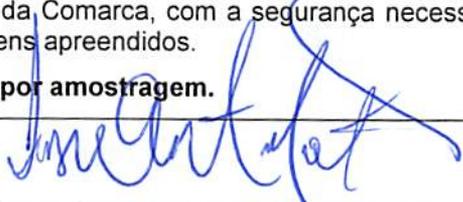
5 - A demanda processual da Comarca necessita de eficaz acesso aos sistemas de informação. As constantes falhas ou a precariedade no acesso à internet prejudicam a celeridade e eficiência das atividades dos servidores e magistrados (item 6.2.1).

Providência: Oficiar à Secretaria de Informática para que seja avaliada a possibilidade de saneamento do problema acima identificado.

6 - Foi identificado que não há local adequado para o armazenamento de armas e demais bens apreendidos. (item 18.2).

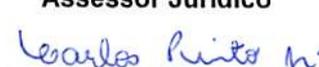
Providência: Oficiar à Presidência e Secretaria de Administração, a fim de que seja avaliada a possibilidade de restauração da residência oficial, para que tenha outra destinação, possivelmente de arquivo geral da Comarca, com a segurança necessária para fins também de acondicionamento de armas e bens apreendidos.

Anexo: Processos analisados por amostragem.


JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE
Juiz Auxiliar da CJCI


DANIEL DOS REIS AFFONSO
Assessor Jurídico

ELIAS SALOMÃO ABUFAIAD NETO
Assessor Jurídico


CARLOS PINTO DA SILVA JR.
Analista Judiciário